



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Educação

Brasil

de Moura Carvalho, Isabel Cristina

As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade

Revista Brasileira de Educação, vol. 11, núm. 32, maio-ago, 2006, pp. 308-315

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503209>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

As transformações na esfera pública e a ação ecológica: educação e política em tempos de crise da modernidade

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Educação
University California San Diego, Center for Iberian and Latin American Studies

Introdução

No horizonte de transformações da sociedade contemporânea estão produzindo-se novos contextos socioculturais que incidem sobre a experiência do sujeito moderno; a exigência, contudo, é a de dar sentido à sua existência, em tempos de crise do modelo societário. Um dos traços dessas mudanças na experiência societal contemporânea pode ser localizado no processo de privatização/subjetivação do espaço público. Nesse sentido, muito já se tem dito sobre as tendências de declínio da esfera pública (Sennett, 1989) e sobre a emergência de uma orientação narcísica predominando como padrão societário (Lasch, 1985). Poderíamos afirmar que reposicionar ego e *socius*, privado e público, ética e estética, tendo como pano de fundo a crise dos fundamentos do sujeito e das esferas de ação societais, é o drama do sujeito contemporâneo. Um drama que se expressa nos dilemas político-existenciais dos novos perfis de subjetividade e padrões de engajamento para a ação coletiva.

A modernidade em crise tem sido discutida por muitos autores e pode ser analisada por várias pers-

pectivas, conforme seja pensada como ruptura mais ou menos radical com as condições de instauração do modelo societário moderno. Assim, sem desconsiderar as opções epistemológicas que subjazem às categorias de pós-modernidade e alta modernidade, preferimos pensar em termos de uma modernidade em crise, destacando-a como um tempo de transição societária, com a consequente potencialização dos riscos e das incertezas, gerando um solo de alta complexidade para a gestão da vida individual e coletiva.

De um modo geral, pode-se identificar nos questionamentos à autonomia da Razão, bem como nas suspeitas sobre a filosofia da consciência, a crise das categorias metafísicas, na qual se fundam o humanismo moderno e o sujeito que lhe corresponde: o sujeito da consciência, estável, centrado, senhor de si, legítimo portador de uma vontade assegurada por essa Razão. Ocorre, contudo, que em condições de crise essa Razão unificadora sofre um processo de esfacelamento. Essa fratura torna impossível restituir uma fundamentação transcendental para a ontologia, como bem o demonstrou Heidegger. Nesse sentido, as linhas que separam sujeito e objeto, universal e parti-

cular, indivíduo e sociedade, subjetivo e objetivo, linguagem e experiência, discurso e referência, se tornam porosas e permeáveis, contribuindo para a deriva de um sujeito em posição de profundo *desamparo* ou ainda de *desencaixe* (Giddens, 1994) ante os seus próprios fundamentos.

A condição de desamparo e o mal-estar na modernidade podem ser tematizados a partir de vários aspectos da vida social. Elegemos pensá-los desde os novos agenciamentos entre esfera pública e subjetividade, resultando em formas de ação política ressignificadas no contexto contemporâneo. É nessa fronteira entre as esferas pública e privada, compreendida não como demarcação de campos antagônicos, mas como faixa de permanente negociação inter e intra-subjetiva, que reside a nossa questão. Contudo, entre as formas de subjetivação que podemos encontrar na sociedade contemporânea, vamos nos deter num sujeito que pode ser compreendido enquanto um tipo ideal, ambientalmente orientado, capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural, tributário de um projeto de sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável.

Esse sujeito é um *locus* emblemático das buscas contemporâneas de ressignificar os agenciamentos da experiência individual e coletiva. Traduz os tensinamentos éticos e políticos acerca de uma nova ordem societária, possibilitando as condições que produzem um sujeito e uma subjetividade ecológicos. É desde a legitimidade conquistada pela crítica ecológica contracultural à sociedade instituída que este sujeito ecologicamente orientado vai remeter a um *modo instituinte de ser*, posicionado à margem (alternativo) e animado pela pretensão libertária de deslocar as fronteiras entre militância e estilo de vida, intimidade e esfera pública, saberes da vida e prática educativa.

A ação ecológica e a revolução da revolução

O manifesto de lançamento do Partido Verde (PV) no Rio de Janeiro, em 1986, registra o fortaleci-

mento da presença do ideário ecológico e de seus militantes na cena política brasileira. Este texto pode ser tomado, entre tantos outros registros discursivos daquele momento, como um emblema da transformação da cultura política sob os efeitos da nova política ecológica. Um trecho desse manifesto merece destaque:

Você, por exemplo, pode acordar amanhã com uma vontade irresistível de colar cartazes ou de ajudar na produção de uma festa ou de brigar pela preservação de uma área verde que você gosta, mas que querem destruir. Por que não? E se você acordar amanhã com vontade de militar suas reclamações? Isso não vai fazer você um soldado atrelado à causa e por esse motivo preso para sempre num beco sem saída. Se o cotidiano fosse levado mais a sério, a mistura seria mais harmoniosa. No momento em que essas reclamações forem inseridas no ritual “de todo dia” elas vão ser mais facilmente realizadas e com mais prazer: e os militantes vão ter mais noites livres para ir ao cinema. (Crispun, 1986, p. 79)

Essa convocação é porta-voz de uma guinada cultural em direção a novos estilos e formas de pensar a *ação política*,¹ particularmente evidenciada no campo ambiental. Essa fala e seu contexto são ilustrativos das mudanças nos referenciais de militância, nos discursos políticos de esquerda e, afinal, nos questionamentos sobre o que se considera a própria esfera da política. A política como *estilo de vida* (Giddens, 1994; Roszack, 1972), também relacionada à virada cultural dos novos movimentos sociais transclassistas

¹ Entendo aqui o conceito de ação política no sentido de Arendt (1989, p. 15), o qual “a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política”.

e à nova esquerda, é uma transformação importante na cultura política, com forte expressão no mundo ambiental. Nesse sentido, os percursos de vida e as experiências políticas estão marcados por um movimento de dupla face: inserção num trânsito coletivo para fora da política entendida como tradicional, em busca da nova política, e a experiência pessoal e singular dessas mudanças.

Nesse contexto, a entrada da *natureza* ou *meio ambiente* no campo da política pode ser vista como uma ampliação da esfera pública, na medida em que os destinos da vida, enquanto Bios, conquistam um espaço crescente como objeto de discussão política na sociedade. Como propôs Serres (1991) numa de suas conhecidas formulações, haveria que introduzir a natureza no pacto civilizatório através de um “contrato natural”.² Contudo, se podemos falar de uma politização da natureza pelos movimentos sociais e pelas lutas ecológicas emancipatórias, também se pode observar a tênue fronteira que aponta para uma biologização da política, ou seja, a afirmação de uma suposta *ordem natural* – o Bios – sobre a *polis*.

A tensão entre ampliação e/ou redução da esfera pública evidencia a pergunta sobre as possibilidades emancipatórias ou desagregadoras de um fazer político orientado pelo ideário ecológico. Muitas vezes o apelo ecológico busca legitimar-se a partir dos riscos dos desequilíbrios ambientais, no entanto, a crise ecológica *real* não oferece em si mesma a direção de uma orientação política. A crise dos recursos naturais e a consciência dos riscos que afetam a vida das populações e do planeta podem tanto atuar como uma força

agregadora, contribuindo para a formação do que Habermas (1995) chamou de uma *comunidade de riscos compartilhados*; quanto reforçar os mesmos mecanismos de desintegração social e ambiental que tendem a acelerar a apropriação dos bens ambientais pelos interesses privados, degradando não apenas a base de sustentação material do planeta, mas também as bases dos vínculos de solidariedade social.

Outro aspecto que tem sido objeto dos críticos da política ecológica e do movimento alternativo (Dupuy, 1980; Alphandéry, Bitoun & Dupont, 1992; Huber, 1985) diz respeito aos paradoxos da autonomia, que atravessam as propostas ecológicas para a sociedade. A crítica mais dura à radicalização da autonomia no projeto emancipatório é desfechada por Ferry (1994), que vê na trajetória de uma esquerda libertária e democrática, egressa de maio de 1968, e na sua *ética da autenticidade*,³ o protótipo do *ecologista reformista*. O autor chega a perguntar-se se é possível pensar a ecologia como uma força política *per si*. Sua preocupação recoloca o paradoxo da radicalização da autonomia como emancipação individual e a dificuldade da ação política no campo ambiental. Para ele, a mentalidade autonomista dos anos de 1960, com sua *ética da autenticidade*, teria transformado o *tu deves* de uma ética que previa o controle das inclinações egoístas em favor do bem comum, num convite do tipo: seja você mesmo, “que pretende favorecer a auto-realização através da idéia de que a lei, longe de se nos impor do exterior, é imamente em cada indivíduo particular” (Ferry, 1994, p. 186).

Seja como partido, movimento, ou prática educativa, a presença do ecologismo e dos seus tensionamentos na ampliação-redução da esfera pública caracteriza os dilemas de uma nova cultura política, nos quais o projeto emancipatório passa a incorporar as lutas identitárias e a preocupação com a natureza, identificada por Giddens (1994) como *política da*

² “Volta a natureza! Isto significa: ao contrato exclusivamente social juntar o estabelecimento de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade onde a nossa relação com as coisas deixaria domínio e posse pela escuta admirativa, pela reciprocidade e pela contemplação. [...] Contrato de simbiose: o simbiota admite o direito do hospedeiro, enquanto o parasita – nosso estando atual – condena à morte aquele que pilha e que habita, sem tomar consciência de que no final condena-se a desaparecer” (Serres, 1991, p. 51).

³ Definida como “viver de outro modo, viver *a la carte*, fazer cada uma suas próprias escolhas, viver sua vida” (Ferry, 1994, p. 187).

vida.⁴ Nesse marco, destaca-se a articulação dos movimentos ecológicos a um conjunto de outros movimentos sociais de corte cultural e transclassistas. Por seu caráter inovador em termos de tipo de reivindicação, perfil de classe dos militantes e *performances* de ação, esses movimentos foram denominados pelos analistas políticos de “novos movimentos sociais” (Evers, 1984; Durham, 1984; Sherer-Warren, 1987; Cardoso, 1984).

No conjunto desses novos movimentos sociais, a temática ambiental, ao lado das questões de gênero, parece ter sido uma das que mais conseguiu penetrar na diversidade das lutas sociais nas últimas décadas e alcançar certa legitimidade em diferentes segmentos sociais, inclusive no âmbito das lutas populares e sindicais, que, de certa forma, foram, em um determinado momento, o contraponto desses novos movimentos. Os chamados movimentos sociais tradicionais, como os populares e os sindicais, vão constituir-se, por sua vez, como horizonte histórico que configura as condições de recepção e, consequentemente, alcance e legitimação dos novos movimentos. Nesse sentido, a cultura revolucionária dos anos de 1960 e de 1970 será a referência forte ante o qual as novas temáticas, como a ambiental, vão afirmar-se nos anos de 1980 e de 1990, ora como contraponto, ora como elemento a ser internalizado pelas *lutas tradicionais*.⁵

Autonomia e emancipação: desafios éticos e políticos

Reposicionar *ego* e *socius*, privado e público, ética e estética, tendo como pano de fundo a autonomização do sujeito e das esferas de ação societais, é o drama da nova esquerda contracultural, mas vai bem além desta.

Essa problemática repõe um dilema cujas raízes mais profundas podem ser encontradas na radicalização das tendências conflitivas que constituem a modernidade: emancipação e controle (Giddens, 1991); racionalização e subjetivação (Touraine, 1994); razão universal e individualismo (Harvey, 1993); subjetividade, cidadania/regulação e emancipação (Santos, 1995).

Dessa maneira, de acordo com a concepção de política da qual partem – e da aposta mais ou menos otimista no projeto emancipatório moderno –, diversas análises vão destacar na condição contemporânea os sinais de dissolução, declínio e mesmo morte da política; ou ainda, os sinais vitais da emergência de uma nova política.

No extenso debate sobre as vicissitudes da política na modernidade, seria possível, de maneira geral, identificar pelo menos três ênfases predominantes: os que destacam o aspecto de decadência da política na situação contemporânea; os que concordam com o diagnóstico de crise da política, mas que argumentam sobre possíveis saídas através da renegociação das relações público-privado; e os que preferem ressaltar os aspectos promissores dos novos espaços emancipatórios nas mudanças da cultura política contemporânea.

No primeiro grupo podem-se situar autores como Arendt (1989), Sennett (1989) e Hobsbawm (1995), que detectam na sobreposição da esfera privada sobre a pública, do indivíduo sobre o coletivo, ou, como nomeou Hobsbawm, do *eu* sobre o *nós*, um sinal de crise da política, da esfera pública e uma ameaça aos laços societários. Arendt discute a condição humana na modernidade, tomando-a, em contraposição ao paradigma greco-romano, como estan-

⁴ “A política da vida não é uma política de oportunidades vitais, mas de estilo de vida. Ocupa-se das disputas e das lutas sobre como devemos viver (como indivíduos e como humanidade) num mundo que era determinado pela tradição e pela natureza e está agora submetido às decisões humanas” (Giddens, 1994, p. 24).

⁵ Tornaram-se célebres as frases como “a luta ecológica não está nem à direita nem à esquerda, mas à frente” (Gabeira, 1986); “O Partido Verde não se define ideologicamente nem à esquerda nem à direita. Ainda bem!” (Berna, 1986). Frases como essas foram inúmeras vezes repetidas por lideranças ecologistas, tanto no Brasil como na Europa, que situavam a ação ecologista fora dos marcos do que era visto por esses atores como a *velha política*.

do marcada pela alienação do mundo. A autora reflete sobre a diluição das fronteiras entre os domínios do público e do privado, indicando o declínio da esfera pública – o lugar do político e da ação humana por excelência. Vê na modernidade a emergência de uma nova esfera social que representa a ascensão dos interesses privados ao domínio público. A reflexão de Sennett, no mesmo sentido da análise de Arendt, aponta para uma compreensão do esvaziamento da esfera pública associado à crise da modernidade. Para o autor, os “sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada são resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista” (1989, p. 30). Sennett chama a atenção para a singularidade da experiência moderna de privacidade, da qual decorre uma tendência de psicologização dos problemas relativos ao campo do público, discutindo o problema do retraiimento social como contraface aos processos emergentes de psicologização dos assuntos públicos. O autor entende as obsessões atuais para com a individualidade e a intimidade como tentativas de resolver, pela negação, o problema do público, já colocado desde o século XIX, que, segundo seu ponto de vista, ainda não terminou. Hobsbawm, em sua análise sobre o século XX, detecta nas mudanças sociais e culturais das últimas décadas um deslocamento no campo da política do “domínio do ‘nós’ para o ‘eu’” (1995, p. 300). Mostra que até os anos de 1960 houve uma prevalência na percepção dos trabalhadores de que não poderiam melhorar a sua sorte pela ação individual, mas através de organizações definidoras de sua identidade de classe como os partidos e movimentos operários. Com os vários processos de privatização da vida impulsionados pela “tecnologia do dinheiro e da lógica do mercado”, o autor indica o fortalecimento de uma cultura individualista e fala de uma “revolução cultural de fins do século XX que pode ser entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais” (*idem*, p. 328).

Na segunda posição, predominam reflexões como as de Habermas (1984), que apontam para uma necessária *rearticulação*, ou as de Bauman (2000), que apontam para uma *tradução* das relações privado-público como caminhos para a política e o projeto emancipatório moderno. Nesse sentido, Habermas incorpora a crítica fundamental de Arendt à sociedade moderna e aos processos de despolitização e privatização da esfera pública como ameaças às condições de exercício legítimo do poder. No entanto, amplia o conceito aristotélico-arendtiano de política, que, tomando como base a *polis* grega, restringe a esfera pública aos cidadãos que efetivamente têm interesse em temas públicos. Habermas, embora reconheça a decadência da esfera pública burguesa, reafirma o projeto moderno como inacabado e potencialmente libertário. O imbricamento entre o privado e o público indica a complexidade da sociedade moderna, cujo desafio é respeitar a relativa autonomia de cada uma dessas esferas, impedindo que uma seja reduzida ou subordinada à outra.⁶ Em Bauman também encontramos o argumento de uma *desconstrução da política*, tendo em vista as dificuldades de tradução entre a esfera privada e a pública e as consequências de sua autonomização e privatização. Para o autor, o *público* recuou para buscar abrigo em lugares politicamente inacessíveis, e o *privado* está a ponto de retirar-se para a própria auto-imagem. Contudo, como Habermas, Bauman também aponta para um caminho de superação da crise: “Para adaptar a *Agora* aos indivíduos livres e à sociedade livre é preciso interromper ao mesmo tempo sua privatização e despolitização. É preciso restabelecer a tradução do privado para o público” (2000, p. 113).

⁶ Para Habermas, que analisa a constituição da esfera pública burguesa e suas mudanças estruturais à luz das condições do Estado moderno, os domínios do público e do privado interpenetram-se. Isso marca a estrutura básica da esfera pública burguesa do século XVIII, “entendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (1984, p. 42).

Em contrapartida, autores como o próprio Roszack (1972), Giddens (1991, 1993, 1994) e Santos (1995, 2000) tendem a enfatizar na situação presente a oportunidade de uma recomposição das esferas do público e do privado e a abertura de novos espaços de negociação entre a vida individual e coletiva, e, assim, de novas maneiras de fazer política e existir como sujeito político. Roszack, que fala como um analista-militante, deixa claro que simpatiza com as tentativas de inovar, ainda que sob o risco de diluição da política. Para ele, uma política que “não parece absolutamente política” tem a vantagem de ser “inexpugnável às defesas psíquicas e sociais convencionais” (1972, p. 158)

Partindo de uma visão dialética, Giddens (1991) aponta para as interações de mão dupla entre uma dimensão pessoal e uma dimensão que ele nomeia de *sistemas abstratos*.⁷ Desse modo, assume uma perspectiva mais otimista das possibilidades de resposta no plano da vida privada em condições de *alta modernidade*. Para o autor:

Uma preocupação com a auto-satisfação não é apenas uma defesa narcisista contra um mundo externo ameaçador, sobre o qual os indivíduos têm pouco controle, mas também em parte uma apropriação positiva de circunstâncias nas quais as influências globalizadas invadem a vida cotidiana. (p. 126)

Giddens, portanto, percebe a vida privada não como uma dimensão residual das mudanças nos sistemas abstratos, mas como uma esfera ativa que comporta reações, de forma que as mudanças que aí ocorrem também afetam as instituições globalizadas da

modernidade. Para Santos (1995), que se autodenomina um *utopista*, “vivemos um período de transição paradigmática, tanto no plano epistemológico – da ciência moderna para um conhecimento pós-moderno – como no plano societal – da sociedade capitalista para uma forma societal que tanto pode ser melhor como pior” (p. 283). Nessa nova forma societal, que ele caracteriza como pós-moderna, a reafirmação da subjetividade no domínio da política poderia ser vista como uma resposta emancipatória à subjetividade coletiva imposta pela modernidade – tanto no capitalismo quanto no socialismo – que subsumiu em si as subjetividades individuais. Ao contrário de Hobsbawm, que vê o deslocamento do “nós para o eu” como um legado do fracasso do projeto moderno sobre o qual não se pode construir o futuro, Santos considera os deslocamentos em direção ao eu como parte da emergência de uma subjetividade da transição paradigmática “para quem o futuro é uma questão pessoal” (2000, p. 346).

A luta paradigmática aqui é levada a cabo por sujeitos interpelados pessoalmente e engajados coletivamente num projeto utópico emancipatório, que o autor chama de *viajantes paradigmáticos*, cuja condição instável e dilemática é formulada na metáfora da navegação de cabotagem.⁸

Como na navegação de cabotagem, o projeto emancipatório e autonomista moderno arrisca-se entre as margens do continente e do mar alto, do perigo e da oportunidade; ou, ainda, da transcendência *no mundo* e da transcendência *do mundo*.

⁷ Uma das premissas básicas do autor para a compreensão da modernidade é que esta comporta um ambiente de alto risco pela dificuldade de controlar a complexidade dos fenômenos que instaura. Na base dos processos de racionalização da modernidade estão mecanismos de abstração que, para serem eficazes, envolvem laços de confiança em instituições que operam nesse ambiente de alto risco (Giddens, 1991).

⁸ A cabotagem foi a forma de navegação dominante desde tempos imemoriais até a expansão europeia do século XV, e é usada ainda hoje. Implica navegar fora dos limites, mas em contato físico com eles, e ir realizando outras atividades ao longo do trajeto, como a pesca ou o comércio. Quanto mais longe se estiver e menores, porque vistos de longe, forem os limites, maiores serão as possibilidades de autonomia. Mas, um passo a mais, que faça perder de vista esses limites, pode transformar uma autonomia estimulante num caos destrutivo (Santos, 2000, p. 354).

Emancipação, autonomia e ecologismo: o ambiente dilemático de uma ação político-pedagógica

O conjunto das práticas educativas emancipatórias, de um modo geral, mas particularmente as ambientais, estão atravessadas pelos paradoxos da autonomia. Autonomia aqui entendida em duas acepções: num primeiro plano, como núcleo forte do ideário contracultural e ecológico que busca a transcendência como libertação da ordem; e, num horizonte mais amplo, como processo de desreferencialização que tem seu ponto de partida desde um tempo das novas políticas, no clima de transcendência e rupturas dos anos de 1960, mas que arrisca aportar, errante, num tempo da não-política, porto anti-utópico da transcendência do mundo.

A questão anteriormente identificada como “paradoxos da autonomia” repõe, no âmbito da educação, a tensão entre uma ação pedagógica que busca ampliar os espaços de *autonomia no mundo*, ou, no limite, ações investidas de um desejo de *autonomia do mundo*. Essa questão mantém a pergunta sobre qual poderia ser a contribuição da ação ambiental para a esfera pública e como esta se comporta, ora ampliando o campo de cidadania e dos direitos, ora restringindo-o com o que parecia uma excessiva subjetivização e individualização das questões e formas de ação? Pode-se reencontrar nos sentidos acionados pela experiência educativa ambientalmente orientada as predisposições e atitudes políticas do ideário ecológico, como a vontade contestatória de fundo romântico, o inconformismo da contracultura, a militância como *habitus*, a constituição de um sentimento de crítica radical, o elogio da *margem* e do *alternativo* como lugar de recusa do estabelecido e reinvenção da existência pessoal e política.

Na experiência pedagógica de uma educação ambiental, esses traços podem ser reencontrados na crítica à racionalidade instrumental e disciplinar, na reivindicação de uma *revolução epistemológica*, na pretendida guinada do pensamento e das formas de pensar, bem como nas dificuldades daí decorrentes em

penetrar no coração do campo educativo e nos métodos e práticas educacionais *tradicionais*. Assim, reedita-se na esfera educativa as antinomias do projeto emancipatório autonomista que constitui o núcleo político, existencial e epistêmico do campo ambiental.

A idéia de mudanças radicais abrange não apenas uma nova sociedade, mas também um novo sujeito da educação, que se vê como parte dessa mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo, incluindo o mundo interno e os estilos de vida pessoal. Esse parece ser o elemento diacrítico que confere o caráter promissor e sedutor do campo ambiental e do saber que ele busca fomentar em suas esferas de formação de especialistas, publicações e teorização. Como já anunciada por Dupuy (1980), a máxima ecológica que clama por *mudar todas as coisas*, evoca uma transformação não apenas política mas *da política*, isto é, muda-se também a maneira de compreender, viver e fazer política, acenando com novos trânsitos, oportunidades e riscos para a ação na esfera política e nas práticas educativas.

Referências bibliográficas

- ALPHANDÉRY, Pierre; BITOUN, Pierre; DUPONT, Yves. *O equívoco ecológico: riscos políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ARENKT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- BAUMAN, Zigmund. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BERNA, Vilmar. Desafios que precisamos enfrentar. In: GABEIRA, Fernando (Org.). *Partido Verde: propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro: Ánima, 1986. p. 27-32 (Coleção Ánima Verde).
- CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais e urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo (Orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 215-239.
- CRISPUN, Denise. Nós, os tigres de papel. In: GABEIRA, Fernando (Org.). *Partido Verde: propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro: Ánima, 1986. p. 79-82.
- DUPUY, Jean Paul. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- DURHAM, Eunice R. Movimentos sociais e a construção da cidadania. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, v. 10, p. 24-31, out. 1984.
- EVERS, Tilman. A face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, v. 2, abr. 1984.
- FERRY, Luc. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem. São Paulo: Ensaio, 1994.
- GABEIRA, Fernando (Org.). *Partido Verde*: propostas de ecologia política. Rio de Janeiro: Ánima, 1986 (Coleção Ánima Verde).
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. *Más allá de la izquierda y la derecha*: el futuro de las políticas radicales. Madrid: Cátedra, 1994.
- _____. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.
- HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos Estudos*, São Paulo: CEBRAP, n. 43, p. 87-101, 1995.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 (Biblioteca Tempo Universitário, 76).
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUBER, Joseph. *Quem deve mudar todas as coisas*: as alternativas do movimento alternativo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LASCH, Christopher. *The minimal self*. London: Picador, 1985.
- ROSZACK, Theodore. *A contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SERRES, Michael. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SHERER-WARREN, Ilse. *Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- TOURAINÉ, Alain. *Critique da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

ISABEL CRISTINA DE MOURA CARVALHO, doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é professora licenciada da Universidade Luterana do Brasil (Canoas, RS), atuando em educação, psicologia social e estudos ambientais. Atualmente está em estágio de pós-doutorado na University California San Diego (UCSD)/Center for Iberian and Latin American Studies (CILAS), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), para 2006-2007. Últimas publicações: Discutindo a educação ambiental a partir do diagnóstico em quatro ecossistemas no Brasil (*Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p. 301-313, maio/ago. 2005); *Educação ambiental*: a formação do sujeito ecológico (São Paulo: Cortez, 2004, coleção Docência em Formação); *A invenção do sujeito ecológico*: sentidos e trajetórias da educação ambiental no Brasil (Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2. ed, 2002); Pesquisa atual: “As perspectivas da educação ambiental e a formação do sujeito ecológico: o mal estar da cultura e a crise socioambiental”. E-mail: icmcarvalho@uol.com.br

Recebido em novembro de 2004

Aprovado em abril de 2005